

## CARANDIRU E OS ESPAÇOS FRATURADOS DA MEMÓRIA<sup>1</sup>

DOI  
10.11606/issn.2525-3123.  
gis.2022.190656

ORCID  
<https://orcid.org/0000-0002-7155-4700>

**GABRIELA ALVES CARVALHO**

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil, 07252-312 - la.visurb@gmail.com

### RESUMO

Entre os anos de 2002 e 2005, o Complexo Penitenciário do Carandiru passou por um processo de desativação que terminou com a maioria de seus pavilhões implodidos. No mesmo terreno, a partir de 2003, iniciou-se a construção do Parque da Juventude, quando o espaço passou a ser reconfigurado e a sofrer mudanças radicais em sua paisagem. É a partir desse processo de reconfiguração, de substituição de uma composição espacial por outra completamente avessa, que este artigo pretende discutir a relação que hoje se estabelece entre o espaço e as pessoas que por ele transitam, se amparando na etnografia como metodologia e na criação de fotomontagens como um movimento epistemológico para se pensar essas múltiplas temporalidades. O que o artigo se propõe a analisar é, sob uma perspectiva antropológica, os arranjos e rearranjos da memória no contexto de apagamento do Carandiru.

### PALAVRAS-CHAVE

Carandiru; Parque da Juventude; Memória; Apagamento; Fotomontagem.

### ABSTRACT

Between years 2002 and 2005, the Carandiru's Penitentiary Complex passed through a deactivation process which led to an explosion of most of its pavilions. On the same ground, the construction of the Parque da Juventude ("Youth's Park") began in 2003. This space has been since then reconfigured, experiencing radical landscape changes. It is about this reconfiguration process, the substitution of one spatial composition to a completely opposite one, that this article intends to

1. Este artigo constitui parte de minha pesquisa de Iniciação Científica, realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo nº 125555/2018-0.

**KEYWORDS**  
Carandiru; Parque da Juventude; Memory; Erasure; Photomontage.

discuss the relations nowadays established between the territory and its frequenters, relying on ethnography as a methodology and on the creation of photomontages as an epistemological movement to think about these multiple temporalities. Being so, this study has as an objective to analyze, under anthropological bias, the arrangements and rearrangements of memory in the context of Carandiru's erasure.

## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2002 e 2005, o Complexo Penitenciário do Carandiru, localizado no distrito de Santana, na Zona Norte da cidade de São Paulo, passou por um processo de desativação que terminou com a maioria de seus pavilhões implodidos. Palco de um dos maiores massacres prisionais da história mundial – onde, em 2 de outubro de 1992, aproximadamente 111 presos foram executados de forma sumária pela Polícia Militar do Estado de São Paulo – o Complexo Penitenciário, formado a partir da junção da Penitenciária do Estado (fundada em 1920) e da Casa de Detenção de São Paulo (fundada em 1956), abrigou por décadas a fio um número excedente de encarcerados em condições abjetas de vida. Figurando, durante longo período de tempo, como o maior presídio da América Latina, o Carandiru viu passar por seus pátios e celas milhares de homens e suas histórias, histórias essas que, junto dos pavilhões implodidos, se tornaram escombros.

No mesmo terreno, no ano de 2003, deu-se início à construção do Parque da Juventude, processo que se iniciou ainda no ano de 1999 com a abertura de um concurso de projetos promovido pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de requalificar<sup>2</sup> a área. O Carandiru então cedeu lugar para a implantação de uma grande área verde, um polo esportivo, uma biblioteca e duas Escolas Técnicas Estaduais, tendo a área verde e o polo esportivo sido inaugurados ainda em 2003 e as demais edificações entre 2004 e 2007. A partir daí aquele espaço se modificou radicalmente, sua composição foi completamente reconfigurada e seus contornos, dos imediatos aos mais profundos, foram redesenhados. O complexo penitenciário deu lugar a um centro de lazer, cultura e esportes, fruto de uma demanda da esfera privada em consonância com a expansão do setor terciário destinado à classe média (Zanetti 2005). Zanetti (2005) nos ajuda a compreender o contexto em que se deu a implantação do projeto de requalificação<sup>3</sup> daquele espaço:

Essa retração do setor público, nos anos 80 e 90, fortaleceu a atuação fragmentada e descoordenada, preferencialmente em monumentos isolados que eram transformados em

2. No Brasil, projetos de requalificação de áreas urbanas têm sido empreendidos, sobretudo a partir da década de 1980, com o objetivo de “acelerar as transformações urbanas e a reinserção de áreas [consideradas] degradadas para melhorar a imagem das grandes cidades [...]” (Zanetti 2005, 11).

3. Os debates em torno das requalificações urbanas constituem um amplo campo de discussão, atravessando múltiplas áreas do conhecimento e compondo uma extensa bibliografia. Neste artigo não iremos nos deter sobre as nuances desses debates, algo que poderá ser feito em trabalhos futuros.

centros culturais. Atuação esta que tinha forte repercussão na mídia e era bem recebida pela opinião pública, significando uma ampliação dos equipamentos culturais na metrópole terciária em expansão. (Zanetti 2005, 14)

Pensar os desdobramentos de uma transformação espacial como essa inclui conceber a cidade a partir de suas complexidades e de seus caminhos ocultos. Para percebê-la junto de seus movimentos, para além da realidade imediata, dos deslocamentos, do usufruto e da ocupação dos espaços, é preciso investir nos questionamentos a respeito daquilo que não se vê, do que está encoberto, do porquê desapareceu ou do porquê foi escondido (Morais e Cavalcanti 2011). Trata-se de referenciar e dotar de significado o mundo material e seus elementos, o que inclui compreender os processos de construção e, principalmente, de desconstrução da cidade. Nesse sentido, entender que tipo de lógica privilegia ou elimina determinadas composições espaciais leva à uma necessidade quase latente de reclame por memória. É o apagamento como política pública e a memória como lócus de resistência.

Uma vez que todas as dimensões da vida estão submetidas, de uma forma ou de outra, ao modo de produção capitalista, conceber a cidade de forma neutra na sua cotidianidade parece um equívoco de perspectiva. Os espaços, produzidos historicamente e socialmente, refletem os parâmetros de dominação dos grandes capitais, reafirmam a estruturação seletiva dos ambientes, apontam para as contradições de um sistema desigual. Não há brecha para se pensar a cidade e suas lacunas de forma ingênua. Todo muro, toda ponte, toda pedra erguida e todo tijolo assentado, a cada reconfiguração dos espaços, revelam a lógica pela qual os caminhos da cidade são trilhados. O mesmo vale para aquilo que foi ocultado, para aquilo que deixou de existir. O visível e o invisível operam juntos, constituem e articulam o mesmo campo, compõem o mesmo jogo.

E é sobre esse jogo que estamos a falar aqui. Nele estão incrustadas imagens e a partir delas memórias estão sendo forjadas, ou como definiria Barbosa (2012a), estão sendo “canibalizadas”, envolvidas em um movimento circular que não nos permite perceber “onde [a imagem] começa e onde [a memória] se finda, qual é a fonte e quem dela se alimenta” (Barbosa 2012a, 381). As composições espaciais, por sua vez, a partir das escolhas tácitas que orientam seus desenhos, fornecem também um conjunto de estruturas imagéticas responsáveis por construir representações. Nesse sentido, imagens e memória se configuram enquanto elementos a serem disputados, uma vez que os espaços não as mobilizam de forma neutra. Sendo a memória coletiva fruto de uma narrativa habitada por imagens, a questão que se coloca é: que narrativas estão sendo privilegiadas?

Encarar tal questão implica, em primeiro plano, que identifiquemos de que memória estamos a falar. Bosi (1987) nos auxilia nesta empreitada ao apontar para a relação, percebida por Bergson, entre os processos que levam à ação e os processos que levam à percepção, onde ambos dependem de forma decisiva de um esquema corporal inscrito no momento imediato, que se alimenta e realimenta desse presente a partir das relações travadas entre o corpo e o ambiente vivido. Desse modo, podemos inferir uma clara relação entre o conjunto de representações construído e o espaço habitado, onde uma relação dialética parece se estabelecer entre o “fluxo de lembranças produzidas” (Barbosa 2014) e os espaços da cidade por onde transitam os sujeitos.

Bosi (1987) ainda nos permite compreender uma dimensão social da memória, incorporando algumas das contribuições de Halbwachs e Bartlett. Nos diz ela: “A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória” (1987, 17). Em face disso, podemos nos perguntar: no que resultaria a implosão do Complexo Penitenciário do Carandiru?<sup>4</sup> Seria a mitigação de memórias possíveis? Os processos de reconfiguração espacial – aqui o complexo prisional transformado em parque – parecem mesmo colocar a memória num status de disputa.

Quanto às narrativas que se constroem em torno dos espaços, algo mais revelador aparenta despontar de nosso inconsciente – instância que tanto supomos privada. Se debruçando sobre os escritos de Bartlett, nos diz Bosi (1987, 25): “A matéria-prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado”. Que narrativas seriam essas então, forjadas no bojo de recordações conduzidas pelo interesse de determinados grupos? A quem interessa a implosão dos pavilhões onde, anos atrás, se perpetrou um morticínio bárbaro, morticínio esse que, sob a forma de um trauma recalado, insiste em se repetir na história brasileira?

Se é verdade que há um teor ideológico em nossas lembranças, orientadas e estilizadas por um ponto de vista dominante, é também verdade que a implosão de parte substancial daquele complexo traz consigo uma finalidade, a da escolha (política) pela ausência. O que aquele espaço nos

---

4. Podemos também nos perguntar: qual seria a importância de se preservar uma penitenciária desativa, mantendo intacto um espaço que sediou um evento traumático no passado? Quando praticado por agentes públicos, caracterizando-se como uma violência institucional, um evento traumático – nesse caso um massacre – clama por um compromisso de não repetição por parte do Estado e por políticas de reparação simbólica comprometidas com a memória das vítimas. A implosão do Carandiru parece ter ido de encontro ao não cumprimento desses compromissos. Para um aprofundamento dessa discussão, ver: Soares, Inês e Paula Costa. 2015. Massacre do Carandiru: em qual espaço foi fincado o compromisso com o nunca mais? In: *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*, org. Maíra Rocha Machado e Marta de Assis Machado, 181-197. São Paulo: Coleções FGV DIREITO SP.



sugere hoje? O lugar do lazer e do descanso ou o lugar do confinamento e da violência extrema? Ambas as coisas? Nenhuma delas? Em nossas memórias ainda habita o horror da violência praticada pelo Estado e os desdobramentos funestos do encarceramento em massa ou nos parece que a cidade de hoje já se encontra diante da redenção em meio ao verde dos parques?

É a fim de pensar a disputa dessas memórias e dessas representações, a fim de pensar o processo de ressignificação desse espaço e dos acontecimentos ali impressos, que este artigo pretende se lançar, se propondo a uma análise em torno das memórias que hoje habitam aquele local, das percepções que hoje ali se fazem presentes e possíveis.

Por sua vez, os caminhos metodológicos que guiam a construção dessa análise partem de um processo de pesquisa empreendido a partir de uma etnografia<sup>5</sup> realizada no Parque da Juventude. Nesse processo busquei conhecer e analisar “o fluxo do discurso social” (Geertz 2008, 15) ali em circulação, na tentativa de “salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (*Ibid.*, 15). Assim, ao se observar e interpretar a teia de significados produzidos a partir da relação estabelecida entre os frequentadores e o espaço reconfigurado, procurou-se compreender a dinâmica desse processo de transformação espacial enquanto dinâmica de produção de sentido(s).

Ainda, como forma de tensionar esses novos usos e percepções sobre o espaço, de inseri-los em um diálogo entre o visível e o invisível, ou como Lefebvre (2001, 61) colocaria, entre o texto e o contexto urbano – entre aquilo que se vê e se diz e “aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda [...]” (Lefebvre 2001, 61), entre aquilo que se apresenta e “aquilo que se esconde nos espaços habitados [...]” (*Ibid.*, 61) – procurei empreender um segundo movimento ao produzir novas imagens sobre o local, articulando múltiplas temporalidades em um exercício de sobreposição imagética. O resultado desse empreendimento são fotomontagens que unem, em um mesmo quadro, o passado e o presente daquele espaço, empreendimento que permitiu não só criar algumas ranhuras sobre o texto urbano e sugerir assim outras possibilidades de visualização e leitura daquilo que se apresenta ali como a realidade imediata, como também mobilizar as imagens “como expressão de um processo de pesquisa” (Barbosa e Cunha 2006, 25).

---

5. Ao longo dos seis meses no qual frequentei intensivamente o parque, entre os meses de janeiro e junho de 2019, mantive contato com dezenas de frequentadores – assíduos e esporádicos, jovens e adultos, funcionários e passantes – e nesses encontros fortuitos compartilhávamos nossas lembranças e impressões sobre o lugar. Foi com esses frequentadores que abri um canal de interação, mesmo que em encontros breves, e são eles que nomino aqui como interlocutores.

## MEMÓRIA: TERRENO DE DISPUTAS

A memória enquanto tal, pensada fenomenologicamente, possui uma extensa tessitura, um corpo amplo onde se imbricam processos perceptivos, relações de temporalidade e quadros da vida coletiva. A ideia de anterioridade, intimamente associada ao fenômeno mnêmico desde Aristóteles, ajudou a construir caminho na direção de uma abordagem da memória em termos de uma representação do passado, de modo que a imagem-recordação, uma vez emergida, caracterizaria o encontro mental com algo que já não está presente, mas esteve um dia. Ricoeur (2007) identifica, aí, um dos enigmas colocados pela memória: “O passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse ‘tendo estado’ é o que a memória se esforça por reencontrar” (Ricoeur 2007, 2).

A ausência, nesses termos, é uma ausência acessível, vislumbrável. O diagnóstico mesmo de sua existência, daquilo que já-não-está-mas-esteve, se inscreve na e pela memória a partir da possibilidade do *reconhecimento*. É a partir dele, então, que a memória se vê em condições de atestar a presença desse ausente, de reconhecer que esse algo, agora desaparecido, um dia esteve lá. Sobre o reconhecimento, nos diz Ricoeur (2007):

[...] Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar. Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se constituir ao mesmo tempo em que a afecção originária [...]. (Ricoeur 2007, 441 e 442)

Esse jogo complexo entre passado, ausência e reconhecimento necessita também, e de maneira decisiva, de elementos outros que deem conta da circularidade dessa dialética, como impressões, rastros ou pistas. Dessa forma, quando nos perguntamos sobre quais memórias poderiam emergir a partir da passagem pelo Parque da Juventude, sendo esse um espaço reconfigurado e completamente transmutado, devemos nos perguntar também pela presença ou não de possíveis impressões, rastros e pistas. Afinal, são esses elementos que, a partir de seu desvelo, podem nos colocar diante de um passado em estado de latência.

Atentar para os mecanismos de articulação desse esquema complexo descrito acima é, entre outras coisas, atentar para o coeficiente coletivo em que se sustenta a memória. Halbwachs (1968 *apud* Pollak 1989) já sinalizava, em sua análise sobre a memória coletiva, que seria a vinculação dos sujeitos à coletividade que determinaria a internalização das lembranças, sendo a coletividade responsável por organizar os pontos

de referência comuns ao grupo, classificando-os e hierarquizando-os segundo sua lógica interna e explicitando, assim, o enxerto entre memória individual e memória coletiva (Pollak 1989).

Herdeiro da tradição durkheimiana, Halbwachs concentrou sua abordagem em aspectos que, segundo ele, dotariam a memória coletiva de estabilidade e duração, não reconhecendo que essa coesão dependeria de processos forçosos para se sustentar. Assim, sua análise terminou por incorrer em uma interpretação exclusivamente positiva dessa imposição de uma dada memória coletiva, como se essa não fosse gerada no seio de um processo de violência simbólica e de dominação (Pollak 1989).

A imposição, por parte de grupos hegemônicos, de uma dada memória coletiva – nesse caso lida como memória nacional ou memória oficial – nos leva, também, ao questionamento daquelas memórias feridas pela história, nesse caso uma história oficial. Nesse ponto, podemos dizer que a memória se configura, antes de tudo, como um terreno de embates, onde sua estabilidade e duração dependem amplamente de um processo contínuo de luta entre narrativas.

São justamente os fluxos narrativos e as disputas travadas no seio das enunciações sobre o passado histórico que nos revelam, com a proeminência de uma narrativa sobre outra (ou outras), os chamados “enquadramentos da memória”, como ressaltado por Pollak (1989). Segundo ele, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras [...]” (Pollak 1989, 9 e 10). Voltamos assim aos rastros como importantes marcadores de um território da memória, responsáveis por conectar fios do presente e do ausente, figurando como espécies de ligaduras entre diferentes temporalidades.

Se, por um lado, a memória materializada e solidificada pode significar a construção de quadros de referência postulados por grupos dominantes, o apagamento de rastros e a substituição material de determinadas composições arquitetônicas e espaciais por outras completamente avessas pode, indo ao mesmo encontro, significar o fortalecimento de narrativas dominantes a partir do abuso do esquecimento. O teor, altamente ideológico, figura em ambas as estratégias, sejam as hipervisibilidades dadas a monumentos assentados na salvaguarda de uma história oficial, seja a escolha política pela ausência material e simbólica de um passado histórico marginalizado.

Assim, buscar compreender a maneira pela qual esse espaço transmutado trabalha “subterraneamente a memória coletiva” (Ricoeur 2007, 7)

passa por investigar as disputas em torno das narrativas que a partir dali se enunciaram, pela tensão entre as memórias proibidas e as memórias legitimadas. É necessário que nos detenhamos, portanto, em uma análise das percepções despertadas a partir da passagem pelo parque e nas relações que se podem estabelecer entre corpo, espaço e fluxos de lembranças. Além disso, articular uma abordagem analítica que seja não só capaz de se perguntar pelo passado, mas também de questionar e provocar o presente, parece constituir caminho indispensável no trabalho de escavação a que me proponho aqui. Afinal, como dito por Benjamin (2013, 101), “quem procura aproximar-se do [...] passado soterrado, tem de se comportar como um homem que escava”.

Nesse trabalho de escavação, os corpos e objetos que em outro tempo habitaram aquele espaço devem ser convidados a reaparecer, seja através das narrativas, nas falas e nas lembranças daqueles que hoje passam pelo local, seja através de intervenções, nesse caso, visuais. Procurar por esses corpos e objetos e reconstruí-los através de suportes audiovisuais, “ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje [...]” (Pollak 1989, 11), pode terminar por caracterizar, como observado por Pollak (1989, 11), “um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva [...]”. Os recursos visuais podem, ainda, construir caminho na direção de uma possibilidade de identificação com aquele conteúdo por vezes desaparecido. Como salientado por Ricoeur (2007, 437 e 438): “O reconhecimento também pode apoiar-se num suporte material, numa apresentação figurada, retrato, foto, pois a representação induz a identificação com a coisa retratada em sua ausência [...]”.

É nesse sentido que, junto à pesquisa de campo empreendida no parque, busquei também empreender um segundo movimento ao criar novas imagens sobre o lugar, articulando temporalidades heterogêneas como um recurso epistemológico para lidar com as diversas narrativas em jogo nesse espaço. Assim, além do trabalho de análise já mencionado – focado nos processos perceptivos, nos fluxos narrativos e nas relações entre corpo, espaço e memória construídos a partir de um processo etnográfico –, apresento também algumas intervenções visuais, as quais pretendem estabelecer um canal de diálogo entre a ausência e o presente, questionando o espaço e aquilo que ele mostra de si e deslocando o fluxo do meu próprio texto e daquilo que aqui compartilho como relato etnográfico. Trata-se de fotomontagens<sup>6</sup>, produzidas por mim, que sobrepõem a paisagem visual passada, do Carandiru, à paisagem visual presente, do Parque da Juventude. Utilizando a montagem como um recurso técnico

6. Todas elas, com exceção da segunda (com legenda “por detrás do muro”), integraram um ensaio fotográfico intitulado “A ausência como representação: um ensaio sobre a memória Carandiru”, agraciado com o 2º lugar do Prêmio Pierre Verger 2020 da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Aqui, algumas delas receberam novas legendas.

e epistêmico, procurei criar sobreposições imagéticas a fim de permitir possibilidades de encontros e, ao mesmo tempo, de choques: encontros e choques entre diferentes imagens e tempos daquele espaço, mas também entre diferentes corpos e objetos que o habitam/habitaram. Como pontuado por Gonçalves (2016):

A montagem [...], tomada como construção, atenta para uma percepção das imagens como fluxo, expansão, ressignificação. [...] Como construção baseada na dialética, a montagem gera reflexividade sobre as imagens, o que nos reenvia ao modo de pensar por imagens como uma forma de produção de conhecimento. Neste sentido, a capacidade narrativa da montagem tem papel crucial na construção da imagem como experiência, uma vez que a montagem produz choques de imagens, criando contextos de conversação, conexões que estabelecem novas relações e novos sentidos. (Gonçalves 2016, 22)

A intenção, aqui, não é empreender uma análise dessas novas imagens criadas a partir da montagem, mas incorporá-las ao texto etnográfico como uma forma de experiência – distinta daquela propiciada pelo texto, mas complementar a ela. Assim, o que proponho com essa experiência é que nos coloquemos num estado de observação parecido com aquele descrito por MacDougall (2009, 68): “Quando olhamos, estamos fazendo algo mais deliberado do que ver e, no entanto, mais desprotegido do que pensar. Estamos nos colocando num estado sensorial que é ao mesmo tempo de lacuna e de consciência elevada”.

### **DA OCULTAÇÃO AO DESPISTAMENTO**

Dividido em três grandes áreas (institucional, central e esportiva), o Parque da Juventude tem no projeto paisagístico a sua grande marca arquitetônica. Ocupando a primeira grande faixa do espaço, a área institucional abriga a Biblioteca de São Paulo, a Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, a Escola Técnica Estadual de Artes, um pequeno parquinho e um cercado destinado ao lazer dos cães, informalmente chamado de “cachorródromo”. Ali, bases móveis da Polícia Militar costumam ficar estacionadas nas proximidades das duas escolas técnicas, sobretudo nos dias de semana. Sendo essa a área correspondente ao excerto inicial do parque, é ela a mais utilizada como acesso para as demais, encontrando-se ali um número sempre considerável de estudantes, funcionários terceirizados e transeuntes, a maioria de passagem. Um pouco mais ao fundo, onde se encontra o parquinho e o “cachorródromo”, pode-se notar a presença corriqueira de crianças que, acompanhadas de adultos, brincam, pulam e correm de um lado para o outro, assim como inúmeros cachorros que, acompanhados de seus tutores, desfilam entre o perímetro cercado e o trecho aberto.




**FIGURA 1**  
"Portão principal".

Foram muitas as vezes em que caminhei por essa área, percorrendo-a em muitas direções, buscando intuir, mesmo que de forma dificultosa, o lugar ocupado por ela dentro dos limites mais amplos do parque. Identificava aquele fragmento apenas pelo semblante institucional que sua imagem faz crer ou, de outro modo, como o trecho inicial de uma extensão muito mais ampla. Sem me diferenciar muito dos demais frequentadores, passava por aqueles ladrilhos sem que grandes questionamentos me fossem suscitados. Atravessei aquela entrada por muitas vezes e, de forma reiterada, tive a percepção de se tratar, ali, da área com menor latência, talvez a mais árida e menos sugestiva, mais acanhada quanto a capacidade de conectar possíveis fios do presente ao passado.

Durante a maior parte do tempo em campo, foi a área central que mais me intrigou. Nela há uma espécie de divisão entre o que chamei de "zonas": há uma zona gramada, mais aberta e nitidamente mais clara, com maior penetração de luz, onde se encontra justamente a maioria dos visitantes que, sozinhos ou acompanhados, parecem aproveitar aquele trecho para ouvir música, namorar, fazer piqueniques ou simplesmente repousar em silêncio; há uma outra zona, circunscrita entre o centro e a extremidade oposta da área, onde as grandes copas das árvores terminam por formar um extenso caminho coberto e úmido, enredado entre colunas e vigas de concreto que, junto dessa cobertura isolante das folhas, dificultam muito a entrada de luz e transformam a passagem por ali em uma experiência mais densa e inquietante.

7. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: Arquivo Diário de S. Paulo (02/10/1992).





Pode-se dizer que a passagem entre a área institucional e a área central não se caracteriza tanto por uma mudança radical, mas pelo adensamento de uma certa aura. Passada uma ponte, podemos notar algumas grandes vigas de concreto que despontam sobre a terra, apresentando seus contornos de forma muito confusa. Ali, as nuances do concreto se confundem com a vegetação opaca, os granulados daquele tom acinzentado quase se transformam em ruído, tornando muito difícil a identificação desses objetos no espaço. No epicentro dessa área, as colunas de ferro se avolumam e se distribuem em módulos, parecendo formar o esqueleto de alguma antiga estrutura, a princípio indecifrável. Nessas circunstâncias, com o espaço se apresentando de forma tão truncada, a visitação continuada não parecia bastar para entender do que se tratava aquelas grandes colunas e vigas.

Avançando em direção ao trecho final do parque, adentramos no que é a área esportiva do atual complexo paisagístico e arquitetônico. Com sua entrada delimitada por um largo portão, essa área se destaca das demais pela presença de inúmeras quadras poliesportivas, um circuito de skate e pistas de caminhada. Nos finais de semana ou em dias comuns, é possível encontrar públicos dos mais diversos (crianças, jovens, adultos e idosos) que fazem uso da área para a prática de múltiplos esportes, para descanso e até mesmo meditação, seja nas quadras ou nos bancos espalhados por todos os lados. No geral, em função da prática de atividades físicas, o clima ali é de lazer ou concentração.

Na extensão de toda a lateral esquerda da área esportiva, vê-se um enorme muro farpado, responsável por fazer a divisa com um outro espaço, impossível de ser avistado com clareza. Somente ao sair do parque, caminhando em direção à esquina seguinte e chegando à Avenida General Ataliba Leonel, é que se pode finalmente ver uma fachada, muito discreta por sinal, onde lê-se: “Penitenciária Feminina de Santana”. Fora do parque, escondida entre altos muros e arame farpado, lá está a penitenciária feminina. E aquela penitenciária masculina de outrora, ainda era possível de ser avistada do lado de dentro do parque?



**FIGURA 2**  
"Por detrás do muro"<sup>8</sup>.

As perguntas se somavam e muitas eram aquelas que questionavam a presença ou não de possíveis rastros em cada uma dessas áreas, nos muros, na terra, nas frestas, nos arcos. Fiz e refiz o caminho indagativo, ora de maneira solitária – insistindo naquilo que meus sentidos eram capazes de apontar –, ora em contato e na presença de outros frequentadores do parque com quem conversava, transformando-os em meus interlocutores. Após muitas idas e vindas, eram as estruturas metálicas localizadas no interior da área central que mais pareciam me provocar e sussurrar uma suposta presença fantasmagórica naquilo que se apresentava como um esqueleto feito de ferro, aço e concreto. Me vendo incapaz de compreender a procedência daquelas estruturas, formulava e reformulava hipóteses e logo em seguida as via se desmanchando, como se o espaço insinuasse um jogo de esconde com aqueles que se lançam em sua direção, sobretudo com aqueles que ousam interrogá-lo.

Contraditoriamente, as matérias mais semelhantes a rastros ou pistas das quais me aproximei se encontravam justamente nessa zona e, com esse encontro confuso e persistente, tive a sensação de ser apresentada a certo fragmento de um tempo em suspensão, me perguntando se não estava diante, quem sabe, de um possível “lugar de memória”<sup>9</sup> – nos termos de Nora (1993, 9), a memória que “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Pista falsa, pois ali não era possível estabelecer

8. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: Evelson de Freitas (Folha Imagem, 18/02/2001).

9. O conceito de “lugar de memória” de Nora (1993) se refere àqueles lugares responsáveis por garantir “a cristalização da lembrança e sua transmissão” (Nora 1993, 22). Já a transformação de um lugar em “lugar de memória” só se opera se este possuir um lastro material, se for investido de uma aura simbólica e se for funcional. Em grande parte, os “lugares de memória” resultam dos esforços de instituições em manter a coesão em torno de uma dada memória coletiva. Aqui esse conceito foi incorporado a fim de assinalar uma hipótese – a de que aquelas ruínas pudessem ser um “lugar de memória” –, hipótese essa que acabou não se confirmando.

nenhum tipo de conexão clara entre ausência e presente a partir daquilo que supostamente se apresentava como rastro. Àquela altura, os diálogos com frequentadores já se somavam e muitas das percepções sobre o espaço, embora preservassem seus traços de singularidade, apontavam para algumas características compartilhadas.

Entre todos os frequentadores do parque com quem tive a oportunidade de entrar em contato ao longo do trabalho etnográfico, apresentou-se o seguinte denominador comum: uma percepção espacial carregada de lacunas e inconsistências. Os limites fronteiros do parque, a origem de determinados materiais e objetos, a disposição das construções no espaço, os tipos de vegetação ali presentes, as próprias noções de tempo que envolvem a existência do lugar, tudo isso se apresentava de forma muito confusa nas falas de meus interlocutores. Investindo em uma aproximação sutil, fazia as abordagens com a colocação de uma única pergunta: “Você sabe se existiu alguma outra coisa aqui antes?”. Uma vez feito o questionamento, me abria para as respostas em sua integralidade. “Era uma prisão isso daqui”, “tinha uma cadeia aqui antes, mas isso faz muito tempo”, “não conheço a história, mas sei que tinha uma prisão”, são algumas das falas que escutei ao longo de meses. A maioria das pessoas me apontava o fato de ter existido uma penitenciária ali, embora poucas delas tenham conseguido ultrapassar esse dado e me oferecer outras camadas de informação a respeito da história que cerca o local.

Já depois de muitas caminhadas, em manhãs, tardes e anoiteceres, depois de muitos diálogos com frequentadores, o que eu via e revia era um espaço que, após sucessivos embaralhamentos, passava a me causar uma profunda perturbação. Na fala de meus interlocutores, a existência de uma antiga penitenciária se apresentava de forma muito vaga – muitas vezes essa existência num passado recente não era sequer constatada. Para além disso, entre aqueles que foram capazes de evocar a antiga prisão, a questão do lugar ocupado por ela no espaço emergia sempre de forma muito confusa. Alguns pensavam que a antiga Casa de Detenção se resumia unicamente ao trecho onde hoje é a área esportiva, outros imaginavam que a penitenciária teria ocupado a extensão de todas as áreas, mas a sensação da maioria era de que o Carandiru teria ocupado apenas a parte central do parque, como as muitas estruturas de ferro fazem crer.

Embora tenha procurado por plantas e mapas do local, foi somente nas últimas semanas em campo, após uma conversa com um dos seguranças do parque, que descobri, finalmente, qual fora a real disposição ocupada pelo Carandiru naquele espaço. Como ele mesmo me disse:

Ó, o Carandiru era só nessa parte aqui da frente, da entrada até o parquinho. Da ponte pra lá já não tem nada a ver com o Carandiru, não. Ali [na parte central] era uma obra, iam construir outros pavilhões mas acabaram desistindo. Nun-

ca chegou a ser finalizada, nunca chegou a ser nada, não. Não tem nada a ver com o Carandiru.

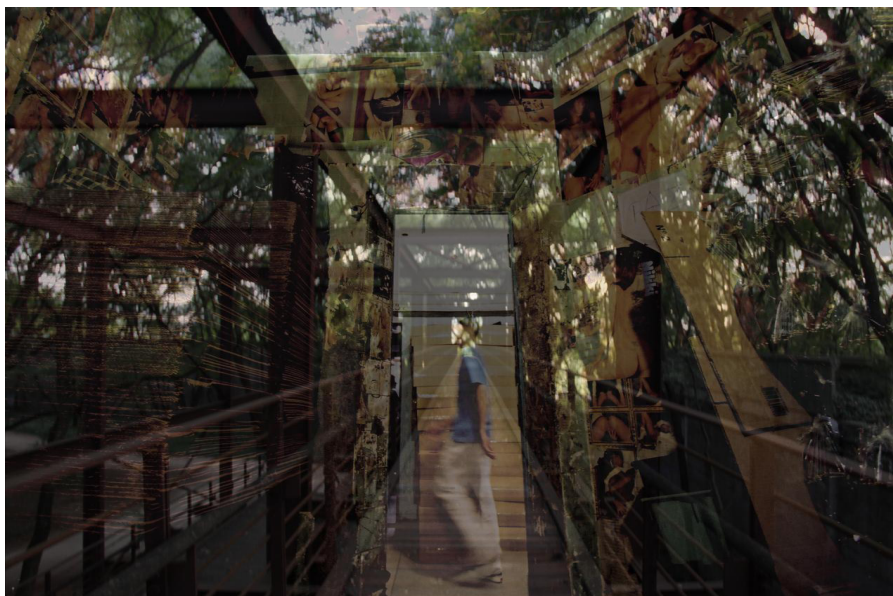


FIGURA 3  
"Vertigem"<sup>10</sup>.

Pude, enfim, perceber: estava, no caso daquele esqueleto-ruína, diante de um cenário. Nem "lugar da memória" (Nora 1993), muito menos território possível do *reconhecimento*. Ora, a transformação do espaço em lugar não se opera por uma simples adição, nem se trata de uma reação química ou de uma mudança cíclica da natureza. É antes um redimensionamento simbólico, uma investida de afetos, um recrudescimento dos sentidos. O espaço torna-se lugar na medida em que os sujeitos, enquanto agentes, passam a conhecê-lo, a impregná-lo de sensações e referências do vivido. Como evidenciou Carlos (1996, 16): "O lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo".

Partindo de sua escrita, caracterizada por Lefebvre (2001, 70) como "aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento [...]", podemos dizer que o que aquele espaço empreende é um processo de dissimulação que, ora ocultando, ora despistando, joga com um Carandiru que poderia ter estado em muitos lugares ou em lugar nenhum. Para muitas das pessoas com as quais tive a oportunidade de falar, isso sequer se colocava como uma questão. Aliás, Carandiru muitas vezes nem era o seu nome, sua figura era genericamente apontada como "a prisão", "a cadeia", afinal de contas, como disse um dos frequentadores, "isso faz muito tempo". Ali, tendemos a constatar um processo de submissão de um passado de décadas e décadas de

10. Autoria da imagem utilizada como base para a montagem: João Wainer, s.d.

encarceramento em massa, de violações aos direitos humanos e de um massacre prisional sem precedentes a um tipo sofisticado de ausência, nesse caso uma ausência resistente, difícil de ser diagnosticada, responsável por aprisionar esse tentáculo fértil e potente da memória, o *reconhecimento*. O que temos, assim, não é uma ausência tida como “tendo estado” (Ricoeur 2007), mas uma ausência opaca e muitas vezes sequer percebida. A possibilidade de reconhecimento da ausência pela memória tende a se transformar em ausência do reconhecimento.

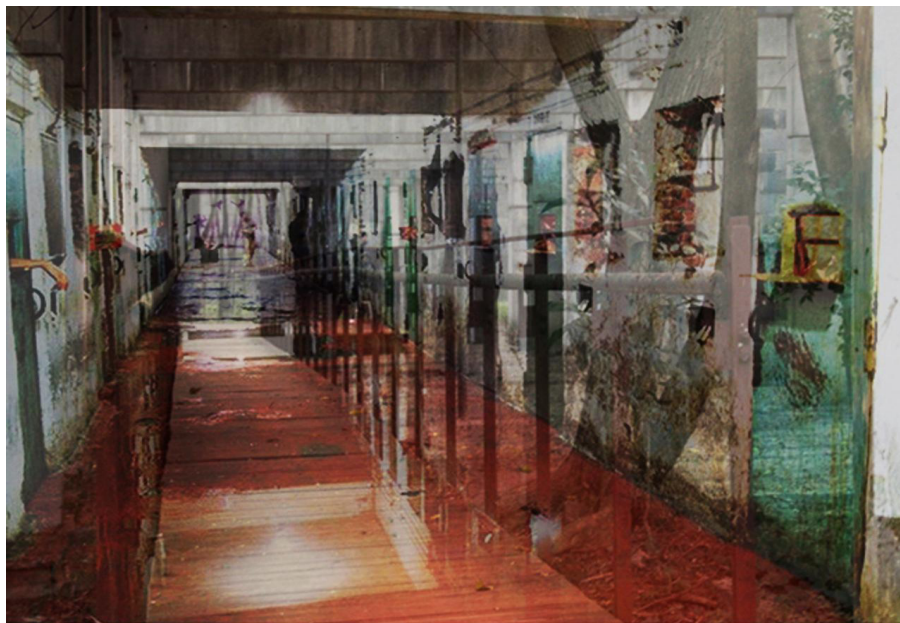
No caso daqueles esqueletos de concreto, na ambição das estruturas que se autoproclamam resquícios, o que terminamos por ter é uma substituição cínica dos reais movimentos da vida, dos reais movimentos da história, por um outro, por um movimento de encenação. Não se trata ali de um lugar propriamente dito e, na sua falta, devemos nos perguntar pela presença dos agentes possíveis. Da confusão causada aos sentidos, passando da distorção da visão aos embaralhamentos sucessivos da mente, parece que as constatações preliminares apontam para uma fratura nas possibilidades (ao menos em parte) de ancoramento dos sentidos e de fruição do corpo, do corpo-que-vê, do corpo-que-escuta, do corpo-que-caminha. É. Não é. Se foi, não sei. Está aqui? Ali? Não está. O que é? Não é.

Se há um Carandiru, não é aquele. O real, com suas histórias e seus afetos, com seus nomes e sobrenomes, suas dores e seus ódios, seus horrores e seus mortos, seus Josés, Paulos, Joãos, Franciscos, Antônio, Luizes, Cláudio, com seus Silvas, Souzas, Carvalhos, Pereiras, Oliveiras, Ferreiras, Alves, dali se ausentou. Pela força coercitiva e coesiva de uma ideologia dominante, fora retirado à força dali. 111 ou 500 alvejados? Para Ubiratan Guimarães<sup>11</sup> e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, Fleury Filho<sup>12</sup> e o Governo do Estado de São Paulo, não interessa. Para as vítimas, pouca ou nenhuma forma de reparação simbólica. Ali parece não haver disposição para tanto. Ali a desestruturação e reestruturação espacial, marcada pelo poderio estético, narrativo e arquitetônico de uma ideologia dominante (Lefebvre 2001), se operou de modo a confundir os sentidos, a embaralhar os sistemas de objetos, formas e materiais dispostos no espaço e a dificultar o encontro com os rastros de um passado indesejado.

11. Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo na época, foi o responsável por comandar a invasão ao Complexo Penitenciário do Carandiru no dia 2 de outubro de 1992, ação que resultou na morte de 111 detentos.

12. Governador do Estado de São Paulo na época, foi o responsável por dar a ordem de invasão ao Complexo Penitenciário do Carandiru no dia 2 de outubro de 1992, ação que resultou na morte de 111 detentos.





**FIGURA 4**  
"Corredor dos excluídos"<sup>13</sup>.

### **O CORPO, O ESPAÇO E O LEMBRAR: UMA EXPERIÊNCIA RACIALIZADA**

Com o tempo transcorrido em campo, escutar meus interlocutores passou a significar a compreensão de que suas percepções sobre o espaço, embora muitas vezes difusas, são reveladoras do modo pelo qual habitam e se relacionam com ele. Sua reestruturação e suas dissimulações, suas insistências e suas contradições, todas essas dimensões do espaço agora alterado, materializadas em sua escrita e em seus objetos, são lidas e significadas a partir da identificação de determinados signos e símbolos. Não à toa, é preciso que aqui pensemos as experiências dos corpos ao habitarem aquela forma espacial, nos perguntando pelas particularidades dessas experiências e pela maneira com que impactam (e são impactadas) pelos arranjos e rearranjos da memória – da individual à coletiva.

Pensar as experiências de inscrição dos corpos em um determinado ambiente significa "compreender que o corpo da pessoa não é de forma alguma o objeto, mas sempre o sujeito da percepção" (Steil e Carvalho 2012, 35). Os objetos, por sua vez, são precisamente as matérias apreendidas pelos sentidos, aquilo que é captado pela percepção, o que é lido e significado a partir de determinados signos e símbolos. A corporeidade, nesses termos, se realiza enquanto situação – no sentido de estar situada em. Nas palavras de Steil e Carvalho (2012):

A corporeidade é definida por Csordas como uma situação e não processo, e remete à imagem de um mundo preexistente no qual os corpos que chegam para habitá-lo precisam necessariamente se adaptar. O sentido é físico e psíquico simultaneamente. O ambiente compreende um mundo for-

13. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: Niels Andreas (Folhapress, 02/10/1992).



mado por conjuntos de objetos. A percepção culmina no objeto. Sem objetos, não haveria a possibilidade de se perceber. Sem objetos, o mundo seria inabitável e imperceptível. (Steil e Carvalho 2012, 35)

Situados naquele espaço, os corpos o experienciam a partir das leituras que fazem dos objetos ali dispostos e de seus encadeamentos. Já o teor dessas leituras depende, de maneira decisiva, de quais signos, símbolos e afetos são mobilizados por eles a partir de suas percepções. Em um espaço marcado por graves episódios de violações aos direitos humanos, incluindo um massacre que culminou na morte de dezenas de pessoas encarceradas, onde o racismo<sup>14</sup> foi empregado de maneira sistemática como um instrumento deliberado de diferenciação e estigmatização de determinados corpos – nos lembremos que “64% da população prisional é negra, enquanto que esse grupo compõe 53% da população brasileira” (Borges 2019, 19), nos atentemos ao fato de que, de acordo com os 111 laudos necroscópicos do *Massacre do Carandiru*, “a prevalência dentre os mortos é de afrodescendentes” (Christóvão 2015, 146) –, talvez devamos nos perguntar se, mesmo após as transformações operadas ali, rastros dessas violências estruturadas na racialização de corpos negros podem ser perseguidos ou percebidos e, além disso, quais as relações que esses corpos estabelecem com aquele espaço hoje.

Ao trazer suas percepções à tona, frequentadores negros – sobretudo os mais jovens –, demonstram tecer relações muito específicas com aquele espaço e com seus múltiplos objetos. Da evocação do *rap* como um símbolo capaz de agenciar sentidos e mobilizar afetos, passando pelas percepções que dão conta de identificar a repressão policial – seletiva, é importante que se ressalte – ainda fortemente presente naquele terreno, que em alguns trechos é ainda encarado por alguns deles como o espaço do medo – medo de um resíduo persistente, da continuidade da repressão e agressão a que seus corpos estão expostos –, esses sujeitos parecem se defrontar com outras facetas do espaço, sobretudo com aquelas em que seus corpos se veem submetidos à precedência da raça como marcador social de uma diferença experimentada também espacialmente, manifestada também na forma de organização e estruturação dos espaços. Algumas situações vivenciadas em campo são reveladoras dessas percepções e dessas relações construídas por esses sujeitos com aquele local. Nos concentremos agora em algumas delas.

Durante uma tarde nublada, enquanto eu caminhava da área esportiva em direção à área central, avistei dois adolescentes negros que aproveitavam

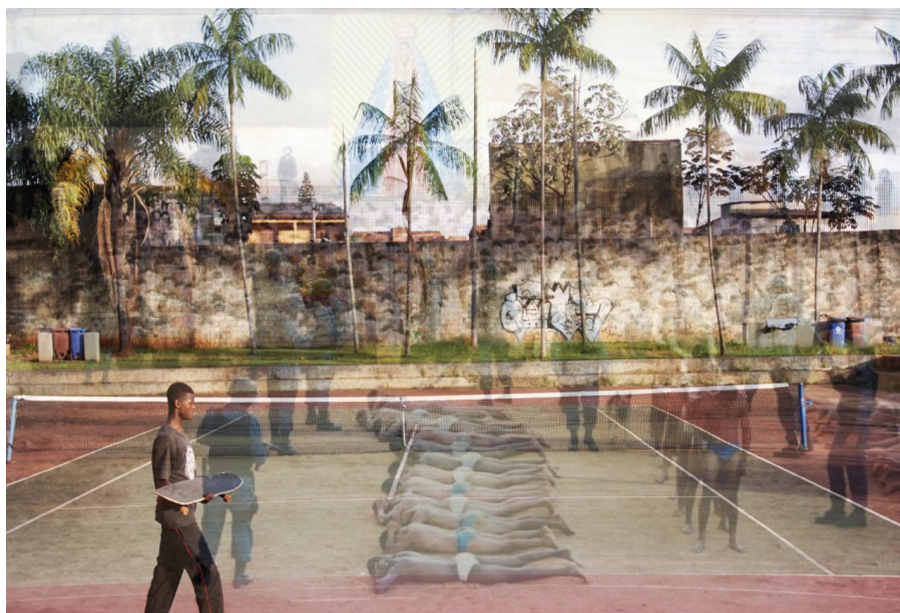
14. O conceito de racismo empregado aqui parte da definição dada por Silvio Almeida (2018, 25, grifo do autor): “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”.

o dia pouco movimentado para fazer algumas pichações pelo parque. Se tratava de uma garota e um rapaz, que se revezavam a fim de dar cobertura um para o outro e assim não serem vistos pelos seguranças ou pelos policiais. Me aproximei puxando uma conversa trivial, perguntando do que se tratava aqueles símbolos pichados por eles. Nenhum dos dois quis me explicar o significado dos símbolos, mas ambos foram categóricos em me pedir discricção para não chamar a atenção dos agentes de segurança. Ao ser questionada por mim sobre o passado daquele local, a garota me disse, em tom de incredulidade: “Ué, você nunca ouviu ‘Diário de um Detento’<sup>15</sup>? Oxi, você é de São Paulo? Não tem como ser de São Paulo e nunca ter ouvido ‘Diário de um Detento’. Isso aqui era uma prisão, mó fita. Teve até um massacre”.

Ao evocar a prisão através da canção “Diário de um Detento”, do grupo de *rap* “Racionais MC’s”, e expressar incredulidade por eu supostamente nunca tê-la escutado, a garota nos mostra a força que determinados signos podem assumir quando experienciados como um interesse. Como explicou Sahlins (2008, 127): “Todas essas inflexões de significado dependem do modo como o ator experiencia o signo como um interesse [...]. O interesse em algo é a diferença que esse algo faz para alguém”. Para a garota, a canção não só era capaz de circunscrever o Carandiru e carregá-lo de conteúdo, permitindo a ela evocar a prisão e também o massacre quando questionada por mim sobre o passado daquele lugar, como também parece representar uma importante referência simbólica, ao ponto de ela sugerir não ser possível “ser de São Paulo e nunca ter ouvido ‘Diário de um Detento’”.

O que esse relato também parece nos indicar é a existência de uma tensão provocada pela presença dos agentes de segurança ali – sejam eles seguranças do próprio parque ou policiais militares alocados em bases móveis. Era nítida a apreensão dos dois jovens com a possibilidade de serem “pegos” pelos policiais ou seguranças, não à toa se revezavam, dando cobertura um ao outro, além de terem me pedido discricção. De todo modo, essa não foi a única situação em que pude presenciar tensões desse tipo. Em uma outra ocasião, enquanto eu me dirigia para a saída do parque nos 15 minutos que antecediam o seu fechamento, avistei um número considerável de policiais e seguranças que, juntos, pediam aos frequentadores que se organizassem para ir embora, alertando-os sobre o fechamento dos portões. Recebendo um tratamento aviltante, diferentemente dos demais frequentadores, um grupo de meninos negros que jogava basquete em uma das quadras foi enxotado dali de forma agressiva pelos policiais, que chegaram a intimidar e a dar empurrões nos garotos para que saíssem logo.

15. Diário de um detento é uma canção do grupo de *rap* “Racionais MC’s”. Versa sobre o massacre de 1992, ocorrido no Carandiru, do ponto de vista de um detento.



**FIGURA 5**  
"Corpos em perspectiva"<sup>16</sup>.

É nesse contexto que se observa um tipo específico de rugosidade<sup>17</sup>, responsável por revelar marcas que “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais [...]” (Santos 1999, 43). Trata-se da permanência de um tipo específico de violência, manifestada pela atuação seletiva de uma polícia visivelmente racista. Ali, a permanência ostensiva da polícia militar e do tratamento aviltante que dedica à parcela negra dos frequentadores – apesar da drástica transformação espacial – produz um claro conflito entre o *slogan* propagado pelo parque, com seu apelo a símbolos de educação, cultura e lazer destinados à juventude, e as diferentes formas de violência a que corpos negros estão expostos ao entrarem naquele terreno, sobretudo os mais jovens. Se considerada a faixa etária daqueles que foram vitimados pelo massacre de 2 de outubro de 1992, perpetrado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo naquele mesmo espaço, as dimensões dessa rugosidade tendem a se ampliar ainda mais. Uma leitura mais detalhada dos 111 laudos necroscópicos do massacre revela que, além da prevalência dentre as vítimas ser de afrodescendentes, “a idade com que [...] perderam a vida é outro ponto de destaque, notadamente, quando se verifica serem extremamente jovens” (Christóvão 2015, 145). De acordo com os laudos, das 111 vítimas, 54 tinham entre 19 e 25 anos (*ibid.*, 146). Assim, a partir de um olhar mais amplo, o que essa rugosidade nos revela é que “o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática [...]” (Almeida 2018, 39).

16. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: Hector Babenco, filme “Carandiru”, 2003.

17. Conceito criado por Milton Santos (1999). Refere-se às marcas de um outro tempo que persistem no espaço.

Configurando uma relação de atrito permanente com esse público específico, a atuação da polícia ali passa a ser reconhecida por parte desses jovens como um signo de continuidade das violações experimentadas por eles no cotidiano, mas não só: entre aqueles que são capazes de identificar o Carandiru e transvê-lo<sup>18</sup> no espaço, essa atuação é também associada às violações praticadas nos presídios, especialmente aquelas que foram praticadas no Carandiru. Talvez resida aí um dos poucos pontos em que vemos ser operada uma conexão clara entre passado, ausência e presente, quando esses corpos passam a reconhecer que são eles, ainda, os inimigos construídos naquele e por aquele espaço.



**FIGURA 6**  
“Sombras sobre corpos”<sup>19</sup>.

Contrariando a força ordenadora dessa violência a que estão expostos, contrariando as imposições narrativas, arquitetônicas e estéticas do parque, parte desses jovens, em sua maioria negros e periféricos, organizam a batalha de *rap* “Parque dos MC’s”, que acontece todos os domingos, a partir das 16hs, no pátio frontal do Parque da Juventude. Ali, suas corporeidades podem finalmente romper com o curso dos processos de ocultação, dispersão e fragmentação dessa memória marginalizada, produzindo, a partir de um tipo específico de história oral – pelo ato da fala e da rima –, uma reacomodação dessas “memórias subterrâneas” (Pollak 1989), que passam não mais a jazer sob o solo, mas a reaparecer com força sobre ele.

18. Termo emprestado do poema “As lições de R. Q.”, de Manoel de Barros, em que lê-se: “[...] o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê [...]”. O termo se refere a um olhar subjetivo, está relacionado à capacidade de olhar além.

19. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: TV Brasil, documentário “Carandiru, as marcas da intolerância”, 2012.



Rancière (1996) pode nos ajudar a dimensionar os significados criados e operados por essa batalha de *rap*, a dimensionar o lugar ocupado por ela nessa nova forma espacial. Ao analisar a história da democracia ocidental, o autor aponta para a existência de inúmeras clivagens que passaram a se impor a partir de uma lógica de consenso, de uma igualdade homogeneizante e de um direito de fala restritivo, quando uns poucos privilegiados puderam de fato usufruir da força motora da palavra transformada em discurso. Rancière (1996) ressalta, ainda, o que seria o papel potencial do dissenso, aqui não entendido como o desconhecimento ou a imprecisão da fala, mas como a possibilidade de retradução do mundo a partir de percepções antes descartadas. A essa noção de dissenso se soma a ideia de partilha do sensível, responsável por dar forma conceitual às experiências sensoriais de ser e estar no mundo. Partilhar o sensível significa, antes de tudo, partilhar de um mundo comum onde a sensorialidade se realiza pelas experiências da diferença. Assim, dissenso e partilha do sensível são antes pares complementares, pares esses que se conjugam num processo de subjetivação política.

É no dissenso que se questiona a parte daqueles que foram privados do direito à palavra, é nele que se reclama a devida participação nesse complexo esquema sensorial, nesse regime de visualidade e visibilidade. É apenas pelo dissenso que a partilha do sensível pode ser reconfigurada e re-partilhada, que os sujeitos sem parte podem finalmente se desidentificar de seus lugares subalternos pré-estabelecidos e, então, se identificar com outros lugares (espaciais, simbólicos e enunciativos). Nesse novo esquema, o ato mesmo de reivindicar, de colocar em questão as condições de desigualdade, se firma enquanto a brecha em que se pode instaurar o verdadeiro sentido da política, quando o próprio ato de existir (e resistir) é redimensionado pelo reclame da existência dos marginalizados como uma existência legítima. É aí, então, que mora o deslocamento essencial, onde a polícia cede lugar para a política, nesse caso a política como forma de emancipação.



**FIGURA 7**  
“Fim ao cárcere e à  
opressão”<sup>20</sup>.

Para Rancière (1996), é preciso ainda que se esclareça, há uma clara distinção entre o que o autor chama de *polícia* e *política*. A *polícia* se refere a tudo aquilo que está circunscrito ao campo da dominação e da exploração, seja a repressão, o controle social, o cotidiano ou o próprio ordenamento socioespacial em que se funda, se inscreve e se prescreve o capitalismo. A *política*, por sua vez, essa raridade, essa fenda, essa possibilidade de movimento e tensionamento, surge apenas na medida em que aqueles que foram destituídos da palavra finalmente lançam mão da enunciação, quando finalmente produzem um discurso. É nessa fenda enunciativa que espaços, ditames e hierarquias são finalmente arrombados.

A utopia, outro elemento central na concepção rancièreana de *política*, constitui caminho de ida e volta em direção aos processos de sublevação. É preciso, como nos diz Rancière (1996), politizar a utopia, imaginá-la, elaborá-la e produzi-la como emancipação. Para tanto, a utopia deve ser encarada a partir de formas concretas de organização e, ao mesmo tempo, deve ser capaz de reconfigurar os mundos possíveis. O que seria, então, a batalha de *rap* “Parque dos MC’s” senão uma forma concreta de organização, capaz de reconfigurar a experiência sensorial naquele espaço, de alçar os destituídos da fala ao poder de transformar em discurso a palavra, de lapidá-la em forma de rima? Como nos diz Rancière (1996):

Fazem o que para estes era impensável: instituem uma outra ordem, uma outra divisão do sensível, constituindo-se não como guerreiros iguais a outros guerreiros, mas como seres falantes repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles. Executam assim uma série de atos de palavra [...]. Em suma, comportam-se como seres que têm nomes. Descobrem-se, ao modo da transgressão, como seres falantes, dotados de uma palavra que não exprime sim-

20. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: DR - Notícias ao Minuto, s.d.



plesmente a necessidade, o sofrimento e o furor, mas manifesta a inteligência. (Rancière 1996, 37 e 38)

Esses atos de palavra permitem, portanto, que sejam articuladas as experiências desses sujeitos antes descartados, marginalizados, desse contingente antes considerado como nada. Nas batalhas, esses jovens questionam a reestruturação do espaço, criticam veementemente a opressão a que estão expostos no cotidiano – sobretudo a violência policial –, imaginam e reinventam outros mundos possíveis, articulam análises sobre o passado e o presente, relembram seus mortos e firmam um compromisso com a resistência diária. Desse modo, é possível que as experiências desses sujeitos no presente sejam articuladas também às experiências daqueles que os antecederam no tempo e no espaço, incluindo os próprios homens que tiveram suas liberdades privadas, seus direitos anulados e seus corpos violados no cárcere, incluindo aqueles que tiveram suas vidas arrancadas e suas memórias negadas. É possível, assim, que pela rima e pela improvisação haja um encontro revolucionário entre essas diferentes temporalidades.

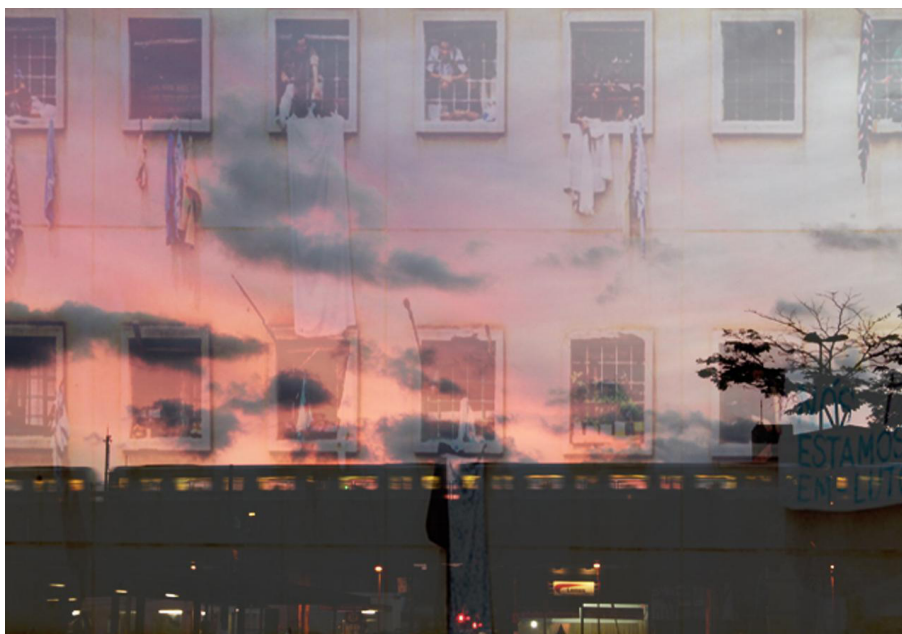


FIGURA 8  
“Daqui te vejo”<sup>21</sup>.

Marcados pela dimensão territorial, histórica, afetiva e ancestral, esses corpos comungam experiências, práticas, memórias e saberes. Juntos, constituem aquilo que Benjamin (1987) chamou de “tradição dos oprimidos”. Na medida em que anunciam novos lócus enunciativos, imaginam outros modos de habitar aquela espacialidade, de nomeá-la, interpretá-la

21. Fonte da imagem utilizada como base para a montagem: Itamar Miranda (Jornal O Estado de S. Paulo, 05/10/1992).

e codificá-la, esses sujeitos das margens promovem, como nos pode fazer crer uma leitura rancièriana, um alargamento do logos, um alargamento simbólico e material, audível, visível e tátil. Fazem política porque reclamam uma existência legítima, porque alçam suas falas, experiências e saberes (em forma de rima improvisada) ao seu devido lugar de reconhecimento dentro do sensível partilhado.

E é assim, enquanto “pedra da memória”, ou seja, “na forma como [...] vivem e se apropriam dos lugares, os rememoram e os recriam, construindo e reconstruindo a sua cidade vivida e lembrada” (Barbosa 2012b, 103), que esses jovens articulam uma resistência àquilo que o espaço transmutado tenta, de forma persistente, apresentar como sendo um conteúdo unívoco e homogêneo, às suas táticas de dispersão, fragmentação e ocultação de histórias e corpos. Restabelecem, em última medida, uma conexão entre as “memórias subterrâneas” (Pollak 1989) e o espaço, compreendendo que a disputa pela memória se traduz também em uma disputa pelos sentidos daquilo que se apresenta como forma e conteúdo.

A seguir apresento a transcrição de uma das rinhas ocorridas durante a batalha de *rap* “Parque dos MC’s”. A transcrição corresponde à uma rinha de conhecimento, quando um dos ouvintes da plateia sugere um tema e os MC’s presentes têm que desenvolver as rimas a partir dele. Nesse caso, eu fui a ouvinte a sugerir o tema, que foi “Carandiru”.

*MC 1:* Aí, aí... É dois versos cada um? Dois versos? Dois versos? Aí, aí, han, han... O tema jogado foi Carandiru, sabe que nessa fita já morreu vários tru, desse jeito mesmo eu vou chegando nesse evento, tipo Carandiru, quem quer conhecer só assistir “diário de um detento”.

*MC 2:* Ouvir “diário de um detento” ou ver um filme sobre a detenção, Slim chega aqui libertando um trilhão, porque é desse jeito na parada, Slim também manda tema na rima improvisada.

*MC 3:* 14 de abril de 2019, aqui no Carandiru em frente os homi, mas tem que tá sempre ligeiro com os robocop, porque eu não confio nos homem de uniforme.

*MC 4:* É isso mesmo, parceiro, não deixo pra depois, quem dera se aqui fosse 92, como é que nós ia tá? Ia tá tudo preso, queria ver um entrar e sair ileso.

*MC 5:* Sair ileso no improvisado, no Carandiru morreu vários escravo, vários presidiário, quem vem e paga de babaca com esses otário.

*MC 1:* Han, han, aí, aí... Mas calma que eu explico dentro dessa sina, aqui nessa parada rolou até uma chacina, tipo desse jeito, meu mano não atrapalha, os cara atirou em presidiário só pra ganhar uma medalha.

*MC 2:* Pra ganhar uma medalha mataram vários na detenção, e hoje em dia tamo aqui passando informação, entendeu? O legado tá passando em frente, não deixar que seja esquecido vários irmão.

*MC 3:* Nada mudou, só o tempo que é moderno, e o Fleury ainda sorri no inferno, cê tá ligado essa herança não é riqueza, entre Carandiru, Santana e Portuguesa.

*MC 4:* É São Paulo, tem blazer e tem os ROCAM, e tem os cara que admira e idolatra o coronel Ubiratan, até de manhã fazendo daqui um inferno, tem coisa que os cara não anotaram no caderno.

*MC 5:* Demorô, demorô, não anotaram no caderno, vou improvisando, se eu tomo enquadrado é: “Tá com dinheiro? E cê voltou do trampo? Cê é neguinho? Que que eu tô falando? É, cê tava o que? Tava traficando?”.

*MC 1:* Não, aí, aí... Pra sobreviver na cadeia tem que ser resistência, eu até admiro, só que o cara morreu e a mãe foi visitar, han... e cadê o filho? Cê sabe que agora, mano, foi até contraditório, a mina foi visitar o filho, han... visitar no velório.

*MC 2:* Você tá ligado que eu não tenho a destreza, eu esqueci o que eu ia falar, mas até então... agora que eu lembrei na improvisação...

*MC 3:* Carandiru virou parque e não mudou quase nada, quando eu passo por aqui a atmosfera tá pesada, eu lembro do passado e fico inconformado de elegerem Bolsonaro.

*MC 4:* Tá tão quente, deserto do Saara, eu fico vendo os metrô sentido Jabaquara, e até parece que eu tô dentro da prisão, então eu digo: “queda à opressão”.

*MC 5:* É, demorô, demorô... Carandiru, não é em vão que nós tá aqui, até porque a folia vai ser perto dos MC, né não, parceiro? Porque eu falo no *free*, só MC que cola aqui.

*MC 1:* Só MC que cola aqui, sabe é desse jeito eu vou explicando nesse *free*, mas sabe que o meu verso não é comum, e Hitler no Carandiru naquele dia só seria até mais um.

*MC 2:* É... o que não escreveram na história só dá pra ver, até porque hoje em dia tem gente que nem lê, porque se tivessem lido com certeza Bolsonaro não era nem escolhido.

*MC 4:* Carandiru aqui na capital, o lugar que até o diabo perdia a moral, perdia a moral, tremia os pelo até do... é, e pode pá que era na zona norte, mas os cara vinha até da zona sul.

*MC 5:* Da zona sul, eles até ficavam com a mão no cu, pode pá, na moral, até porque eles ficavam com medo e ainda passava mal.

*MC 1:* Até passava mal porque a situação é precária, calma que o rap de hoje em dia de prisão tem que ter uma faixa etária, sabe que no verso, mano, eu olho e já assusto, porque essa porra não é pra criança, só sobrevive lá quem é adulto.

*MC 2:* É... esse parque não é pra criança, o que aconteceu na detenção com certeza hoje em dia sobra assombração, cê entendeu como é que foi pesado? Mesmo assim tamo aqui honrando o legado.

*MC 4:* Quem é 13 dentro do coração, ainda é dia, eu sou o menor, eu sou fundação, sabe por que? Te falo que a questão, quantos desses levantaram em todo Brasilzão?

*MC 5:* Essa é a fundação na improvisada, invés de ir pra Fundação Casa, né não, parceiro? Na improvisação, cê vai pra Fundação Casa e ainda é em vão.

## **CONCLUSÃO**

A implosão da maioria dos pavilhões do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru e a sua posterior substituição por um parque se colocou como questão de partida para este artigo. Ao me perguntar pela(s) memória(s) atualmente em disputa naquele espaço, procurei analisar as narrativas que hoje se fazem presentes e possíveis a partir da passagem pelo local, buscando conhecer as percepções daqueles que o frequentam, seja a trabalho ou a lazer. Ao encarar esse espaço para um esforço de elaboração simultaneamente científico e sensível, tive que me deparar com a seguinte questão: como pensar os caminhos da memória em uma espacialidade alterada?

Me utilizando da etnografia e da produção de imagens – compreendendo, no caso dessa última, que o seu lugar “serve também à reflexão, desde que pensado com o lugar do encontro e possibilitando, dessa forma, um entendimento [...] de imagens ou narrativas audiovisuais como inseparáveis da produção de questões teóricas no âmbito de uma pesquisa

etnográfica” (Barbosa e Cunha 2006, 21) –, busquei enfrentar essa questão por diferentes caminhos. Como hipótese inicial, o projeto de implosão e posterior substituição do presídio por um parque foi aqui suposto como um processo de apagamento. Um apagamento sensorial e material, disputado narrativamente e consagrado pela força coesiva de uma ideologia dominante.

Os resultados a que cheguei, detalhados e discutidos ao longo do artigo, dão conta de confirmar essa hipótese. Ali, os processos de desestruturação e reestruturação espacial se operaram de tal forma que os sentidos e os corpos se viram impossibilitados de encontrar as devidas brechas para a fruição, se operaram de modo a dificultar que, pela memória, pudessem conectar o ambiente habitado/vivido/percorrido ao reconhecimento de uma ausência latejante. Nesse espaço reconfigurado, espaço esse que oculta os rastros e despista os sentidos, a circularidade da dialética *passado, ausência, reconhecimento* é muitas vezes amputada antes que seu processo de síntese possa ser realizado. Assim, o espaço joga com uma ausência invisibilizada e invisibilizadora.


Além disso, ao me debruçar sobre as experiências de inscrição dos corpos naquele espaço, pude constatar a presença do racismo como um elemento estruturante, manifestado sobretudo em uma atuação seletiva dos agentes de segurança ali. Dessa forma, se constituindo como uma rugosidade, o racismo segue lançando suas sombras sobre os corpos negros que adentram aquele local, e acaba também influenciando as maneiras pelas quais pessoas negras habitam, significam e se relacionam com ele. A partir de suas percepções sobre aquele espaço, frequentadores negros revelaram a existência de um tipo específico de medo, reconheceram, em alguns casos, a persistência da repressão policial ali e mobilizaram de forma recorrente uma série de signos e símbolos do *rap* brasileiro.

Entre esses frequentadores, pude ainda observar a presença de um grupo organizado em torno de uma batalha de *rap* que, como forma de resistência, reivindica ali um outro lugar dentro do esquema sensorial em que se assenta o parque, negando o lugar que ocupariam enquanto inimigos ou alvos do espaço (e do próprio Estado) e abrindo potentes brechas enunciativas, produzindo outros discursos, disputando narrativas e elaborando suas próprias histórias a partir da fala cepilhada em forma de rima. Na batalha de *rap* “Parque dos MC’s” vemos “memórias subterrâneas” (Pollak 1989) reaparecerem com força sobre o solo concretado, permitindo que o espaço e seu jogo de ocultação e despistamento sejam questionados e possibilitando que suas estruturas sejam, enfim, balançadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Almeida, Silvio. 2018. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Barbosa, Andrea. 2012a. Cinema e memória ou ainda por uma memória canibalizada da cidade. *Imagens da Cultura, Cultura das Imagens*, VI. 1 ed., 378-383. São Paulo, Altamira.
- Barbosa, Andrea. 2012b. Pimentas nos olhos não é refresco: Fotografia, espaço e memória na experiência vivida por jovens de um bairro "periférico" de Guarulhos, São Paulo, *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 1, No 2: 103-110.
- Barbosa, Andrea. 2014. Cidade, cinema e memória. o canibalismo em "São Paulo Sinfonia e Cacofonia". *Boletim*, São Paulo.
- Barbosa, Andrea e Edgar Teodoro da Cunha. 2006. *Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, Walter. 1987. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, Walter. 2013. Escavar e recordar. In: *Imagens de pensamento*. Sobre o haxixe e outras drogas. Belo Horizonte: Autêntica.
- Borges, Juliana. 2019. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- Bosi, Ecléa. 1987. Memória-sonho e memória-trabalho. In: *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, 5-31. 2°. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. USP.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. 1996. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- Christóvão, Nanci Tortoreto. 2015. Os 111 laudos necroscópicos do Massacre do Carandiru. In: *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*, org. Maíra Rocha Machado e Marta de Assis Machado, 135-157. São Paulo: Coleções FGV DIREITO SP.
- Geertz, Clifford. 2008. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A interpretação das culturas*, 3-21. Rio de Janeiro: LTC.
- Gonçalves, Marco. 2016. Prefácio. In: *A experiência da imagem na etnografia*, org. Andrea Barbosa, Edgar Teodoro da Cunha, Rose Satiko Gitirana Hikiji e Sylvia Caiuby Novaes, 19-27. São Paulo: Terceiro Nome.
- Lefebvre, Henri. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- MacDougall, David. 2009. Significado e ser. In: *Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. São Paulo: Papyrus, v. 1: 61-70.
- Morais, Eliana Marta Barbosa de e Lana de Souza Cavalcanti. 2011. As cidades, os sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas. In: *A cidade e seus sujeitos*, 13-31. Goiânia: Vieira.
- Nora, Pierre. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10: 7-28.
- Pollak, Michael. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3: 3-15.
- Rancière, Jacques. 1996. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Ricoeur, Paul. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. 6°. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- Sahlins, Marshall. 2008. Conclusão: estrutura na história. In: *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*, 125-134. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, Milton. 1999. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- Steil, Carlos Alberto e Isabel Cristina de Moura Carvalho. 2012. *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome.





Zanetti, Valdir Zonta. 2005. Planos e Projetos: Reconstruir e Requalificar. *In: Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo*, 11-20. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-30012007-143941/pt-br.php> (acessado em 18 de fevereiro de 2022).

**GABRIELA ALVES CARVALHO** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É pesquisadora do VISURB – Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas e do CMUrb – Centro de Memória Urbana, ambos na Unifesp. E-mail: [carvalhogabriela.alves@gmail.com](mailto:carvalhogabriela.alves@gmail.com)

**Licença de uso.** Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Recebido: 14/09/2021  
Reapresentado: 01/02/2022  
Aprovado: 14/02/2022